

Banqueiros se irritam com devedores

Honolulu, EUA — Não é sábio continuar entregando dinheiro a pagadores duvidosos, e os bancos que fizeram maus empréstimos ao Terceiro Mundo devem arcar com as consequências, aconselhou o Prêmio Nobel de Economia, Milton Friedman, aos 12 mil executivos que participam em Honolulu da convenção anual da América Banking Association.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) deve ser desativado, pois a função para a qual foi criado desapareceu junto com as taxas de câmbio fixas entre 1971-1973, acrescentou Friedman, recebendo uma forte ovação dos milhares de banqueiros que chegaram a esta cidade do Havai vindos de todos os cantos dos Estados Unidos.

Os únicos que com certeza não aplaudiram o defensor da sistema de livre mercado foram os representantes dos nove maiores bancos norte-americanos, cujos empréstimos ao Terceiro Mundo representam 300 por cento de seus capitais, e que confiam na ajuda do FMI para salvar-se, evitando a falência de seus comprometidos clientes.

Os banqueiros norte-americanos chegaram a esta ensolarada cidade do Pacífico ansiosos por ouvir palavras de alívio sobre a situação econômica nacional e internacional, mas regressarão ainda mais confusos e inquietos, a julgar pelas mensagens recebidas.

“O que mais nos mortifica, disse um banqueiro do Texas, é saber que vamos continuar sendo levados como vacas ao matadouro, vamos continuar fazendo algo que não queremos fazer, e que tantas vezes qualificadas nos disseram que não devemos fazer”.

Por exemplo, o presidente da Junta do Banco Central, Paul Volcker, advertiu severamente no início da convenção que o problema da dívida internacional “vai durar ainda muitos anos” e destacou que os perigos de um colapso do sistema financeiro aumentaria muito se os bancos pequenos se recusarem a continuar cooperando com as soluções temporárias trabalhosa e estruturadas entre os bancos grandes e o Fundo Monetário.

Mas ninguém se atreve a dar garantias de que estes remédios vão resistir, e os banqueiros estão conscientes de que os estão obrigando a andar na corda bamba. A inquietação aumenta quando vêem que o Brasil, país mais endividado do mundo, está pedindo ajuda pela segunda vez este ano, a Argentina, terceira na lista, também recorreu a uma nova injeção de fundos, e segue uma longa lista de devedores cujas possibilidades de pagar dependem de uma recuperação econômica ainda muito duvidosa.

O presidente do Banco Central do Brasil, Alfonso Celso Pastore, veio a Honolulu acompanhado pelo subdiretor-gerente do FMI, William Dale, e pelo presidente do Comitê de Assessoramento de seus bancos credores, William Rhodes, do Citibank, para “vender” um novo pacote de resgate que se eleva a 16,5 bilhões de dólares.

Deste total, 12 bilhões correspondem aos seus 800 bancos credores: 6,5 bilhões em novos créditos — que deveriam cobrir as necessidades brasileiras do balanço de pagamento até o final de 1984 — e 5,5 bilhões em reprogramação de todos os vencimentos

de 1984.

Os governos contribuiriam com dois bilhões em reescalonamento de dívidas, através do Clube de Paris e 2,5 bilhões — dos quais, 1,5 bilhão dos Estados Unidos — em financiamento de importações brasileiras.

Harry Taylor, presidente do Manufacturers Hanover Trust, destacou que nos últimos dez meses os bancos internacionais renegociaram dívidas e concederam novos créditos num total combinado próximo dos 100 bilhões de dólares, apenas para manter seus devedores “à tona” e evitar classificar sua conta como “inativa”, com efeitos desastrosos para seus balanços.

A dívida externa dos países em desenvolvimento ultrapassa os 700 bilhões de dólares, dos quais a metade corresponde a América Latina.

Os bancos norte-americanos, autorizados a emprestar até 20 vezes o montante de seus capitais, estão atolados até as orelhas neste pantano.

Segundo um estudo do Instituto de Economia Internacional, de Washington, bastaria apenas que o Brasil suspendesse seus pagamentos de juros para cortar pela metade os lucros anuais dos nove maiores bancos dos Estados Unidos.

Estes bancos são os que geralmente integram a maioria dos chamados comitês de assessoramento dos Países Endividados, e também os que mais lutam para convencer os pequenos bancos a compartilhar os riscos de novos créditos, tarefa que se torna mais difícil a cada dia.

Neste ambiente de ceticismo, não é de estranhar que as palavras de Nilton Friedman

tenham arrancado aplausos dos banqueiros provincianos, embora muitos deles reconhecessem depois que a força das circunstâncias lhes impedirá de seguir os conselhos do Prêmio Nobel de Economia.

Friedman se opôs ao aumento da quota dos Estados Unidos ao FMI — que depende da aprovação do Congresso — e afirmou em contrapartida que prefere buscar a maneira de desativar o Fundo Monetário.

O FMI, disse, foi criado para atender problemas de balanço de pagamentos mediante empréstimos de curto prazo, com o objetivo de estabilizar as taxas de câmbio. Com a eliminação das taxas fixas de Câmbio, entre 1971-73, o FMI perdeu sua função, e agora está buscando uma nova, como uma espécie de Banco Central Internacional, acrescentou.

Quanto à possibilidade de que o Brasil, Argentina e outros países declarem-se em **Default** (cessação de pagamentos), o que ameaçaria arruinar os maiores bancos norte-americanos, Friedman reiterou sua confiança no livre mercado, afirmando que “não é possível ter uma economia com lucros, sem ter também uma economia com perdas”.

O paradoxo do caso é que o professor Friedman tem sido considerado um “assessor chave” do presidente Ronald Reagan, que — pelo contrário — reiterou na última assembleia anual do FMI, há dez dias, seu apelo “inquebrantável” ao instituto, e está pressionando o Congresso para que aprove um aumento de 8,4 bilhões de dólares na quota norte-americana e sua contribuição ao Fundo de Emergência, denominado Acordo Geral de Empréstimos (GAB).